

Espaços nulos e muros simbólicos: uma reflexão sobre áreas verdes urbanas e áreas livres, em bairros periféricos e topos de morro em comunidades de favela em Niterói RJ

Null spaces and symbolic walls: a reflection on urban green areas and free areas, in peripheral neighborhoods and morro tops in slum communities in Niterói RJ

Recebimento dos originais: 10/12/2019

Aceitação para publicação: 20/12/2019

Wilson Madeira Filho

Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Professor Titular em Teoria do Direito pela Universidade Federal Fluminense

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)

End: Faculdade de Direito da UFF, Laboratório de Justiça Ambiental,

Rua Tiradentes 17, 3º. andar, Ingá, Niterói RJ, CEP 24210-510

E-mail: wilsonmadeirafilho@hotmail.com

Alba Valeria Santos Simon

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - RJ

Instituição: Professora Visitante do Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEC-UNIRIO)

End: Faculdade de Direito da UFF, Laboratório de Justiça Ambiental, Rua

Tiradentes 17, 3º. andar, Ingá, Niterói RJ, CEP 24210-510

E-mail: albasimon7@gmail.com

RESUMO

Como parte de um projeto que visa criar estratégias para o desenvolvimento das áreas protegidas da Região Norte da cidade de Niterói no âmbito da revisão do plano diretor municipal e das propostas consolidadas nos ciclos de Conferências municipais da cidade, foram realizadas visitas e avaliação da situação atual de quatro setores do Sistema Municipal de Áreas de Proteção Ambiental (SIMAPA) que é subdividido em doze áreas: Morro do Holofote, Teixeira de Freitas, Morro do Castro, Boa Esperança, Florália, Morro do Céu – Queresone I, Morro da Rádio Relógio Federal, Morros do Saraiva – São Feliciano, Morro do Querosene II, Morro da Boa Vista, Ilha do Manuel João, Setor Leste – Santa Bárbara. Foram observados alguns indicadores para avaliar a situação dos espaços naturais de uso público para proposição futura de parques naturais urbanos.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais, Planejamento urbano, Niterói RJ, Áreas verdes, SIMAPA.

ABSTRACT

As part of a project that aims to create strategies for the development of protected areas in the North Region of the city of Niterói within the scope of the revision of the municipal master plan and of the consolidated proposals in the cycles of the city's Municipal Conferences, visits and assessment of the current situation were carried out of four sectors of the Municipal System of Environmental Protection Areas (SIMAPA) which is subdivided into twelve areas: Morro do Holofote, Teixeira de Freitas, Morro do Castro, Boa Esperança, Florália, Morro do Céu - Queresone I, Morro da Rádio Relógio Federal, Morros do Saraiva - São Feliciano, Morro do Querosene II, Morro da Boa Vista, Manuel João Island,

East Sector - Santa Bárbara. Some indicators were observed to assess the situation of natural spaces for public use for the future proposal of urban natural parks.

Keywords:

Socio-environmental conflicts, Urban planning, Niterói RJ, Green areas, SIMAPA.

1 INTRODUÇÃO

O Planejamento territorial tem sido um constante desafio para as políticas públicas, em especial em áreas metropolitanas. O crescimento das cidades tem revelado, na prática, tratar-se do crescimento conjunto de territórios que possuem em si suas especificidades, quando não ganham seu próprio estatuto, seja por condições históricas, políticas ou culturais. Desse modo, as cidades de médio e de grande porte, em especial, apresentam leituras complexas e exigem tanto para sua regularização fundiária como para a consecução de modelos que impliquem, de fato, em uma plena função social metropolitana, garantindo uma malha inclusiva de serviços e de aparelhos públicos, não apenas o cotejo e o conhecimento de sorte diferenciada de fatores, mas também a possibilidade de reunir a capacidade orçamentária, os meios de realizar - entre os quais o corpo técnico preparado - e o trabalho comunitário participativo, com amplo controle social.

Quando no âmbito conjunto de uma revisão de plano diretor e na consecução de políticas públicas de revitalização e ordenamento da malha urbana, se acrescenta o desafio de elaborar o projeto de conservação de áreas verdes em comunidades de baixa renda, com ocorrência de habitações subnormais e em espaços de domínio do tráfico de drogas, com amplo espectro de insegurança e criminalidade, a questão sobleva os cenários contemporâneos. Afinal, nesse tema se conjugam as principais tensões da modernidade: luta de classes, natureza versus urbanização, desenvolvimento versus qualidade de vida.

O presente texto é resultado dos trabalhos de campo que enformaram, como parte de um projeto que visa criar estratégias para o desenvolvimento das áreas protegidas da Região Norte da cidade de Niterói, no âmbito da revisão do plano diretor municipal e das propostas consolidadas nos ciclos de Conferências municipais da cidade¹.

Nesse sentido, o texto visa fazer uma reflexão sobre a situação atual e o potencial das áreas verdes e livres situadas nos topos de morros em comunidades de favela e em bairros periféricos, nos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) na Zona Norte da Cidade de Niterói – RJ, pondo em relevo os temas da violência e a consequente apatia e o sentimento de medo percebido junto a esses territórios enquanto espaços de uso público e de lazer.

¹ O projeto fez parte do Plano de Trabalho *Estratégia para Desenvolvimento das Áreas Protegidas da Região Norte de Niterói RJ*, sob coordenação geral do consultor Paulo Bidegain Primo, biólogo, e contou ainda com a participação de Raquel Lourenço, gestora ambiental. e de Jacqueline Rezende Ribeiro, pedagoga."

2 MAPEANDO O TERRITÓRIO

Tendo em vista o modelo de expansão urbana da Zona Norte da cidade Niterói, que tratou como “nulas” as áreas verdes e livres para o uso público comunitário, consorciou-se a esta a violência instalada pelo tráfico de drogas que estabeleceu um muro simbólico entre essas áreas e o restante das comunidades. Os morros e as comunidades estão inseridos nos limites de uma APA criada enquanto um Sistema Municipal de APAs, a SIMAPA, cujo modelo, de origem “naturalista”, retoma a ideia do espaço de uso comum como alternativa para o lazer e como estratégias de conservação ambiental. A SIMAPA foi criada pelo Decreto 11.744, de 23 de outubro de 2014, a partir da reunião de APAs menores, existentes na região e criadas em épocas e com objetivos distintos. Ao reuni-las em um sistema, o município transforma a SIMAPA em uma unidade de planejamento, visando o melhor gerenciamento dos espaços de conservação.

A análise tem como ponto de partida o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto denominado *Estratégia para Desenvolvimento das Áreas Protegidas da Região Norte*, coordenado pela Prefeitura Municipal de Niterói, com o objetivo de estabelecer um novo modelo para gerenciamento urbanístico e ambiental. Os morros são de tamanhos, altitudes e graus de inclinação de encostas distintos, sendo intensamente ocupados por comunidades, e apresentam florestas com superfícies variadas e em estágios sucessionais diversos, com muitos deles contendo áreas de risco de deslizamento. O desenvolvimento de estratégias para a SIMAPA e para o sistema de Parques de Niterói (PARNIT) integram o Programa municipal “Niterói Mais Verde”. Desse modo, o Projeto é um instrumento no qual a Prefeitura de Niterói estabelece um conjunto de premissas, diretrizes e ações para guiar a gestão do SIMAPA, ao lado de outros instrumentos como o Plano Diretor Municipal e o Plano Urbanístico Regional.

A SIMAMA está situada integralmente na Região Norte, que compreende os bairros mais antigos e com maior densidade populacional da cidade: Baldeador, Barreto, Caramujo, Cubango, Engenhoca, Fonseca, Ilha da Conceição, Santa Bárbara, Santana, São Lourenço, Tenente Jardim e Viçoso Jardim. O Decreto de criação da SIMAPA estabeleceu 39 espaços como componentes territoriais, independente dos enquadramentos urbanísticos, aplicados nessa região. Para facilitar o planejamento da região onde se insere a SIMAPA, a prefeitura de Niterói agrupou os 39 espaços em quatro setores: Norte, Sul, Leste e Oeste, elegendo nesses setores 12 macroáreas estratégicas. Nesse sentido, as macroáreas não representam necessariamente um bairro ou uma comunidade, mas sim o conjunto de espaços de interesse ambiental, estratégicos para se pensar ações de conservação. Conforme tabela abaixo.

Quadro 1 – Codificação dos Espaços Integrantes da SIMAPA		
Setor	Código	Designação
Norte	SN1	Morro do Holofote
	SN2	Teixeira de Freitas
	SN3	Morro do Castro
	SN4	Boa Esperança
Sul	SS1	Florália
	SS2	Morros do Céu – Querosene I
	SS3A	Morro da Rádio Relógio Federal
	SS3B	Morros do Saraiva - São Feliciano
	SS4	Morro do Querosene II
	SS5	Morro da Boa Vista
Oeste	SO	Ilha do Manuel João
Leste	SL	Setor Leste
Fonte: PMN, 2016		

3 OBJETIVANDO A CONSERVAÇÃO

No Brasil, as APAs têm sido criadas para disciplinar o processo de ocupação em regiões de grande diversidade, raridade e beleza paisagística. Diferente de outras categorias de Unidades de Conservação, como os parques naturais e as Reservas Biológicas, por exemplo, as APAs contornam o problema da desapropriação uma vez que na Área de Proteção Ambiental há possibilidade legal de incluir em seus limites terras públicas ou privadas (§ 1º do art. 15 da Lei 9.985/2000). Qualquer que seja a situação dominial da área, a mesma poderá fazer parte da APA (art. 3º da Resolução CONAMA nº 10/88).

Conforme a lei, Área de Proteção Ambiental é uma “área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei 9.985/2000, art. 15). No Brasil, as APAs foram pensadas como categorias de conservação da natureza cujo manejo permite compatibilizar a conservação de áreas e recursos naturais de alta relevância ambiental com o desenvolvimento urbano industrial independente do contexto político, social,

cultural e econômico onde se inserem, e sem necessidades de desapropriação de terras privadas em seus limites. Essa peculiaridade fez da categoria APA um instrumento de planejamento e de ordenamento territorial ante os conflitos de uso e apropriação em áreas inseridas em processos expansão. Essa configuração sempre fora alvo de críticas de preservacionistas, sobretudo durante o processo de elaboração da Lei do SNUC, cujo discurso baseia-se no fato de que Unidades de Conservação que não preveem objetivos de conservação naturalísticos e que não vislumbram o domínio público das terras não se configuram como categoria de conservação da natureza, mas apenas como um mero ordenamento territorial.

Nesse sentido, Bidegain (2015) avalia que as APAs derivam de decisões isoladas, como iniciativas tomadas quase sempre como uma resposta para proteger um espaço ameaçado pelo crescimento urbano devido à inação das prefeituras ou por determinado empreendimento. E devido a esse aspecto, apesar da importância das APAs, esta categoria ocupa um patamar secundário nas prioridades dos órgãos ambientais estaduais, sempre focados na gestão e implantação de parques, reservas biológicas e estações ecológicas que são as categorias em geral consideradas como de conservação da biodiversidade.

Apesar de não haver consenso por parte de setores do conservacionismo brasileiro, a categoria APA, como toda Unidade de Conservação no Brasil, prevê a existência de um Plano de Manejo e de um conselho consultivo. Nesse sentido, a SIMAPA tem concepção naturalista, pois é uma Unidade de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e deve cumprir os objetivos de conservação da natureza explícitos em seu ato normativo de criação, bem como ter um Plano de Manejo que preveja o zoneamento ambiental com regras claras que visem, em última instância, a conservação dos recursos naturais da Região Norte, independente do contexto em que se insere.

Ora, a Região Norte da Cidade de Niterói, agora caracterizada como APA, teve intenso processo de ocupação ocorrido sob a forma de favelização, em períodos recentes, envolvendo a ocupação de áreas de risco associadas à carência de infraestrutura básica, em conjunto com as próprias condições socioeconômicas da população que aí reside.

No geral, a Região Norte é predominantemente ocupada por residências de padrão construtivo considerado precário tanto nas encostas dos morros quanto nos vales, sendo a população residente de baixa renda. Por localizar-se em área periférica do município, alguns bairros da Região tiveram o seu maior período de crescimento entre a década de 1970 e meados dos anos 1980, sem o acompanhamento de obras de instalação de infraestrutura ou mesmo de melhorias das condições urbanas. Isto resultou num desenho urbano caracterizado pela ocupação em áreas de risco, ausência de pavimentação e ausência de áreas de lazer, com ocorrência de valas negras, entre outros problemas.

Apesar de antigos e bastante ocupados, os bairros da Região Norte só receberam melhorias no final da década de 1980 e no início da década de 1990, com a instalação da rede geral de água e pavimentação de grande parte das vias, solucionando em algumas áreas os problemas de abastecimento de água e reduzindo os relacionados ao acesso e circulação no seu interior.

Entre os principais problemas ambientais da região pode-se destacar o risco de deslizamentos em algumas encostas, propiciado pela ocupação irregular em áreas inclinadas e pelo acúmulo de lixo nas vertentes; e também a poluição de rios e riachos, outrora responsáveis pelo abastecimento de água e que encontram-se extintos ou canalizados, recebendo lixo da própria região.

A Região possui como alternativa de lazer a quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Cubango e a sede social do Centro Pró-Cubango, entidades que exercem importante papel na comunidade. A escola de samba é uma importante área de lazer frequentada por grande parte da população, sendo que, no período de Carnaval, cerca de 75% dos seus foliões são moradores do bairro. O Centro Pró-Cubango, que já teve importante papel como entidade reivindicatória, hoje funciona como centro social.

3.1 ÁREAS VERDES URBANAS

A temática das áreas verdes urbanas é alvo de pesquisas no campo da interdisciplinaridade, mas especificamente quando se busca relaciona-las ao histórico de criação dos primeiros parques naturais no mundo. Apesar dos avanços no campo da pesquisa acadêmica pouco se avançou na definição legal de áreas verdes urbanas, associada ao lazer como um direito social (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992).

De acordo com o art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização". No art. 103 do Código Civil, os parques se inserem nos bens públicos de uso comum do povo, os quais "são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação" e seu uso "pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem". A Lei 6.766/79 faz alusão aos espaços livres de uso público, sem, no entanto, defini-los. Apenas estabelece que sua dimensão deverá ser fixada levando-se em conta a densidade de ocupação.

Já para o Ministério do Meio Ambiente a definição de Parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos. As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que

contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificadas. Exemplos de áreas verdes urbanas são praças, parques urbanos, parques fluviais, parques balneários e esportivos, jardins botânicos, jardins zoológicos, alguns tipos de cemitérios, e faixas de ligação entre áreas verdes. Portanto, existem parques cuja finalidade principal é oferecer opções de lazer à população. Esses parques, em geral, são classificados como Parques Urbanos. Os Parques Urbanos são grandes espaços verdes localizados em áreas urbanizadas de uso público, com o intuito de propiciar recreação e lazer aos seus visitantes. Em sua maioria, oferecem também serviços culturais, como museus, casas de espetáculo e centros culturais e educativos. Também estão frequentemente ligados a atividades esportivas, com suas quadras, campos, ciclovias etc. A grande vantagem dos parques urbanos é propor aos moradores de metrópoles a opção de visitar áreas naturais, com paisagens verdes, fauna e flora, sem a necessidade de percorrer grandes distâncias. É neles que grande parte da população urbana desenvolve sua relação com a natureza, o que faz deles uma importante ferramenta para conscientização ambiental.

3.2 ESTRUTURAS DO PLANEJAMENTO DO SIMAPA

Sob o ponto de vista do planejamento, a Região Norte de Niterói que possui 152.547 habitantes (em 2010), o que corresponde a 65 habitantes/hectare (em 2010), é considerada uma área de planejamento estabelecida pelo Plano Diretor Municipal de 1992. Da superfície total de 23,5 km², cerca de 15,4 km² (65,8 %) encontram-se ocupados por áreas urbanas. Restam apenas 3,8 km² de florestas (16,4 % da área total) sob a forma de fragmentos de diversos tamanhos da Mata Atlântica, cercados de áreas urbanas, a maioria em estágios iniciais e médios de regeneração. A Região Norte divide esse restante de Mata Atlântica com o município de São Gonçalo (limite ao Norte) e a Leste e Sul com as Regiões das Praias da Baía e de Pendotiba. Os 12 bairros da Região Norte da Cidade são os mais populosos e apresentam as maiores e mais complexas favelas, a maioria com forte presença do tráfico de drogas: Baldeador, Barreto, Caramujo, Cubango, Engenhoca, Fonseca, Ilha da Conceição, Santa Bárbara, Santana, São Lourenço, Tenente Jardim e Viçoso Jardim.

O relevo é constituído por colinas e morros isolados, como os da Ilha da Conceição (87m), Holofote (171 m) e Boa Vista (214m) e por um conjunto de morros em forma de arco com altitudes que variam entre 80-150m, com raros pontos ultrapassando os 200 m. O ponto culminante é o morro da Antena da Embratel, que ascende a 275 m. Situa-se integralmente na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, abrangendo terras das bacias dos canais do Fonseca (ex Rio Vicência), Maruí, Bomba e

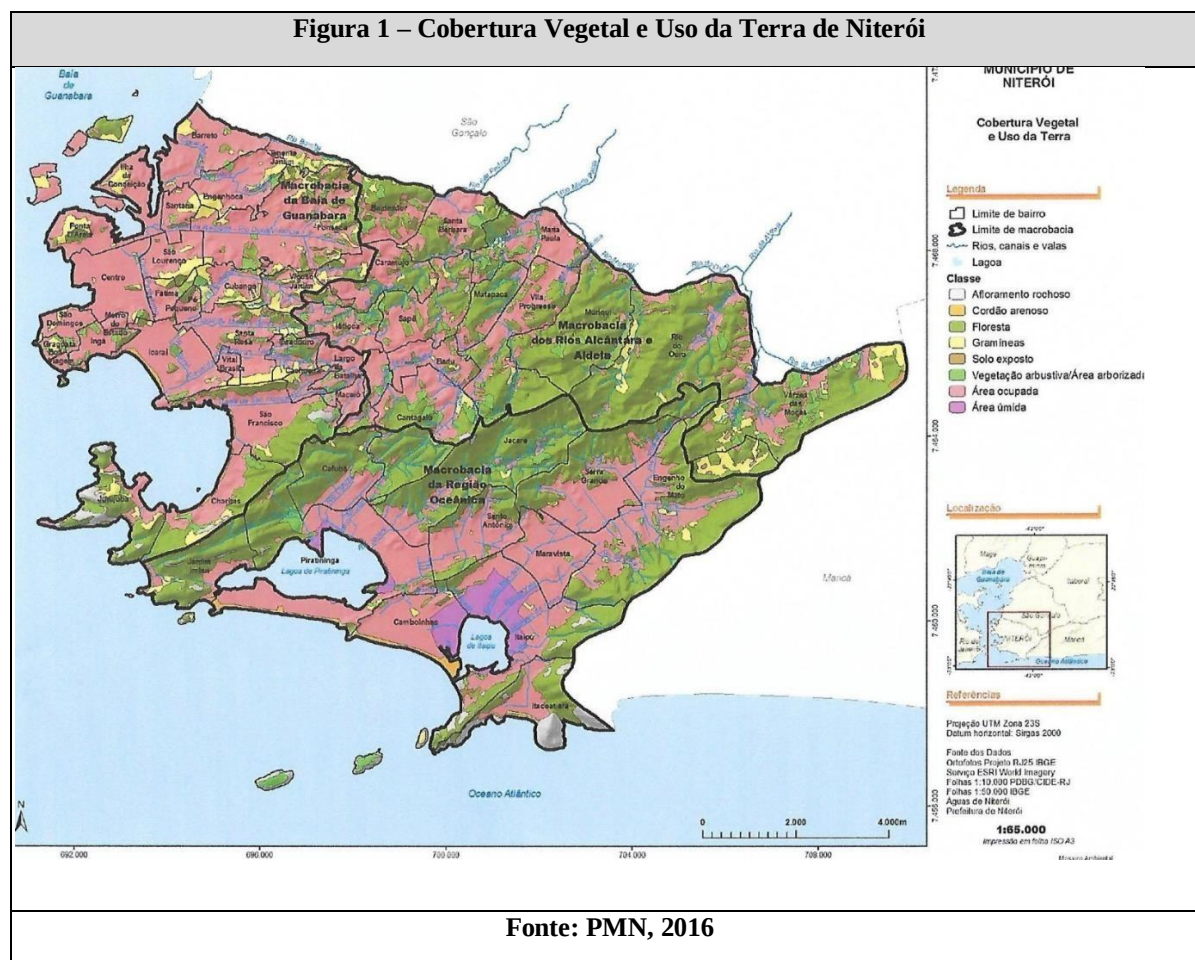
Icarai (canal do Cubango), bem como do alto rio Alcântara (rios das Pedras e Sapê).

Como resultado da expansão urbana, quase todos os rios foram extintos, sendo transformados em canais retilíneos de concreto que transportam, além de água, grande quantidade de esgoto e lixo para a Baía de Guanabara. Dezenas de nascentes são encontradas nos morros, mas não há uma avaliação global da localidade específica, do estado e dos usos das mesmas.

Com relação ao estado da vegetação nativa e ao uso do solo, restam 50,4 km² de florestas, correspondendo a 37,3% do território (PMN, 2014). A área urbanizada é de 60,2 km². O restante é representado por gramíneas, lagoas de Piratininga e Itaipu, afloramento rochoso, solo exposto, vegetação arbustiva, área arborizada e área úmida. O quadro e o mapa a seguir mostram que território da Região Norte é densamente povoado e urbanizado.

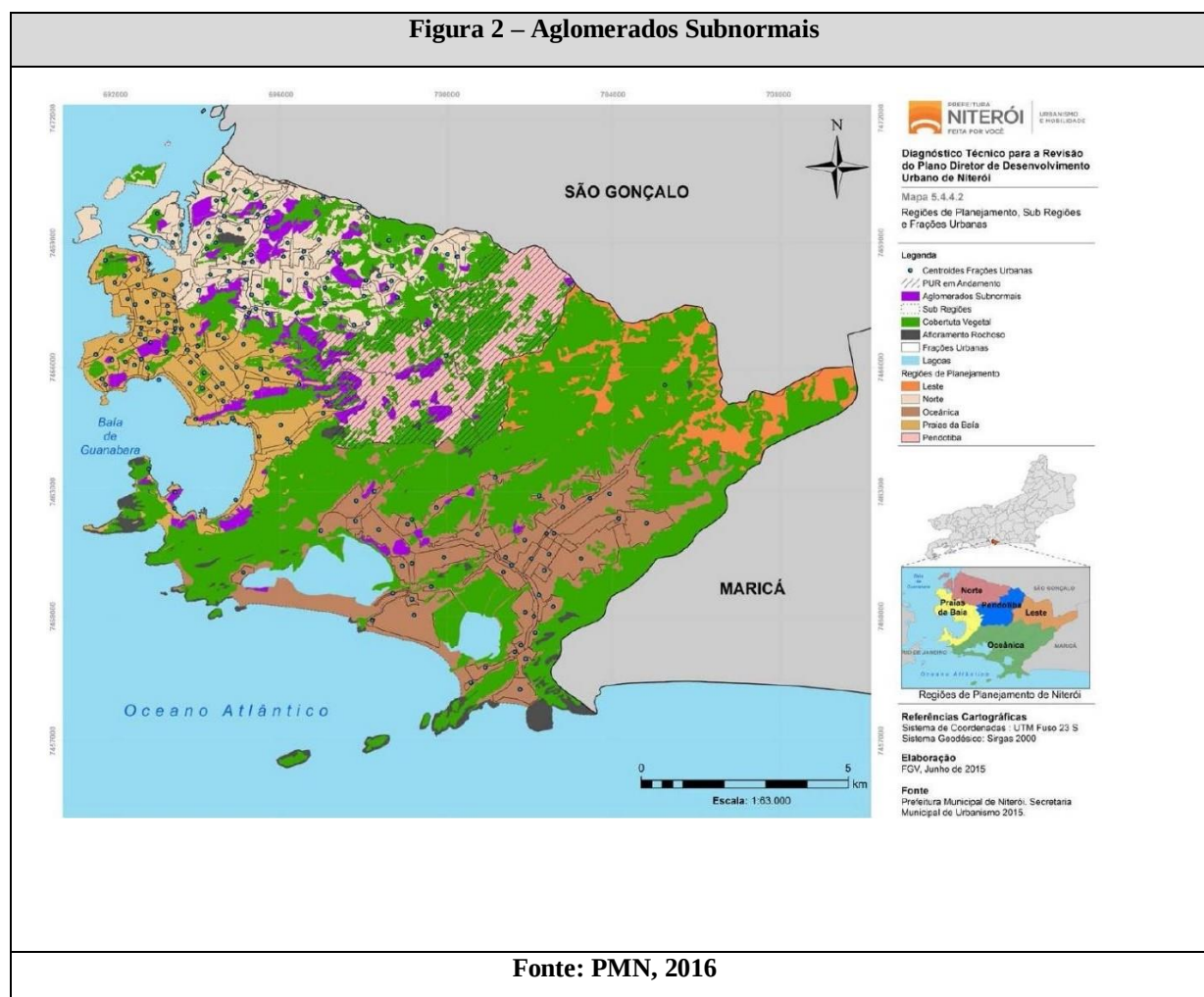
Quadro 2 - Ocupação e Florestas Remanescentes da Região Norte em 2004					
Bairro	Superfície do Bairro (km²)	Área Ocupada (km²)	% em Relação à Superfície	Floresta Remanescente (km²)	% em Relação à Superfície da Região
Baldeador	1.955	0,717	36,7	0,835	42,7
Barreto	2.234	2,016	90,2	0,027	1,2
Caramujo	2,382	1,338	56,2	0,848	35,6
Cubango	1.149	0,697	60,7	0,027	2,4
Engenhoca	1.832	1,404	76,6	0,017	0,9
Fonseca	5.775	4,051	70,2	0,642	11,1
Ilha da Conceição	2.330	1,714	73,6	0,236	10,1
Santa Bárbara	2.107	1,089	51,7	0,868	41,2
Santana	0.734	0,560	76,2	0,040	5,5
São Lourenço	1.145	0,872	76,2	0,047	4,1
Tenente Jardim	0.594	0,302	50,7	0,001	0,1
Viçoso Jardim	1.236	0,599	48,5	0,224	18,1
Total Região Norte	23.473	15,359	65,8	3,812	16,4
Fonte: PMN, 2016					

A Região conta com poucas praças e parques urbanos, com destaque para o Horto do Fonseca e o Parque Palmir Silva (ex-Parque Municipal Monteiro Lobato).



Quadro 3 – Síntese Urbanística e Socioeconômica da Região Norte	
População	152.547 habitantes (em 2010)
Densidade	65 habitantes/hectare (em 2010)
Padrão de crescimento	
Uso do solo	O uso do solo é misto, com predomínio do uso residencial e comércio local.
Escala	As vias locais apresentam escala humana, com quadras pequenas e prédios baixos. Porém, a região é cortada por importantes eixos viários que fazem a ligação entre a Ponte Rio-Niterói e a malha rodoviária do Estado.
Serviços Públicos	Locais, distribuídos e pequenos. Acessíveis aos pedestres.
Ruas e Avenidas Principais	Alameda São Boaventura, Rua Magnólia Brasil, Rua Professor João Brasil, Rua Desembargador Lima e Castro, Rua 22 de Novembro, Rua São José, Rua Leite Ribeiro, Rua São Januário, Rua Sá Barreto, Rua Teixeira de Freitas e Rua Riodades.
Transportes	Multimodal. Adequado a pedestres e ao transporte coletivo. A região é cortada pelo Corredor Metropolitano de transportes. Apesar de plana, o uso da bicicleta é dificultado pelo trânsito, não havendo, ainda, sistema ciclovitário adequado. Os congestionamentos no trânsito são constantes.
Conectividade	O sistema viário não tem boa conectividade, pois os eixos viários de grande fluxo dificultam as caminhadas; as calçadas são estreitas e a arborização é pobre. Existem muitas ruas sem saídas.
Planejamento	Guiado pelo Plano Urbanístico da Região Norte, que divide a região em pequenas frações urbanas, definindo para cada uma delas os parâmetros de uso e ocupação do solo. De modo geral, permite o uso misto. A verticalização é permitida em algumas áreas e restringida em outras
Fonte: PMN, 2016	

O mapa em sequência revela presença significativa de aglomerações subnormais na Região Norte.

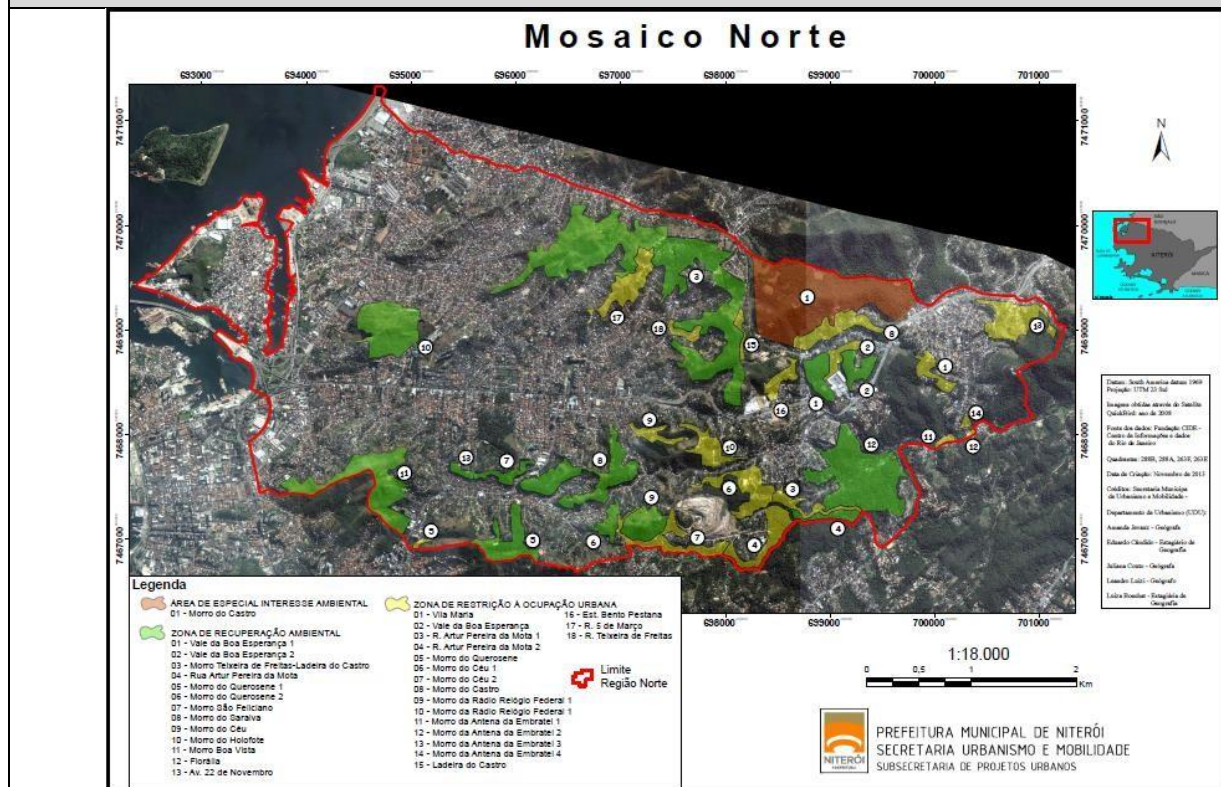


A SIMAPA reuniu espaços territoriais delimitados e classificados no zoneamento ambiental do Plano Urbanístico da Região Norte, aprovado pela Lei Municipal nº 2233/2005, enquadrados em quatro categoriais: Área de Especial Interesse Ambiental, Zona de Recuperação Ambiental, Zona de Restrição à Ocupação Urbana e Área de Preservação Permanente, conforme quadro e mapas a seguir e mapa Áreas Protegidas da Região Norte, constante no Anexo I.

Quadro 4 – Espaços da SIMAPA	
Espaços	Superfície (ha)
I – Área de Especial Interesse Ambiental: Morro do Castro;	74,54

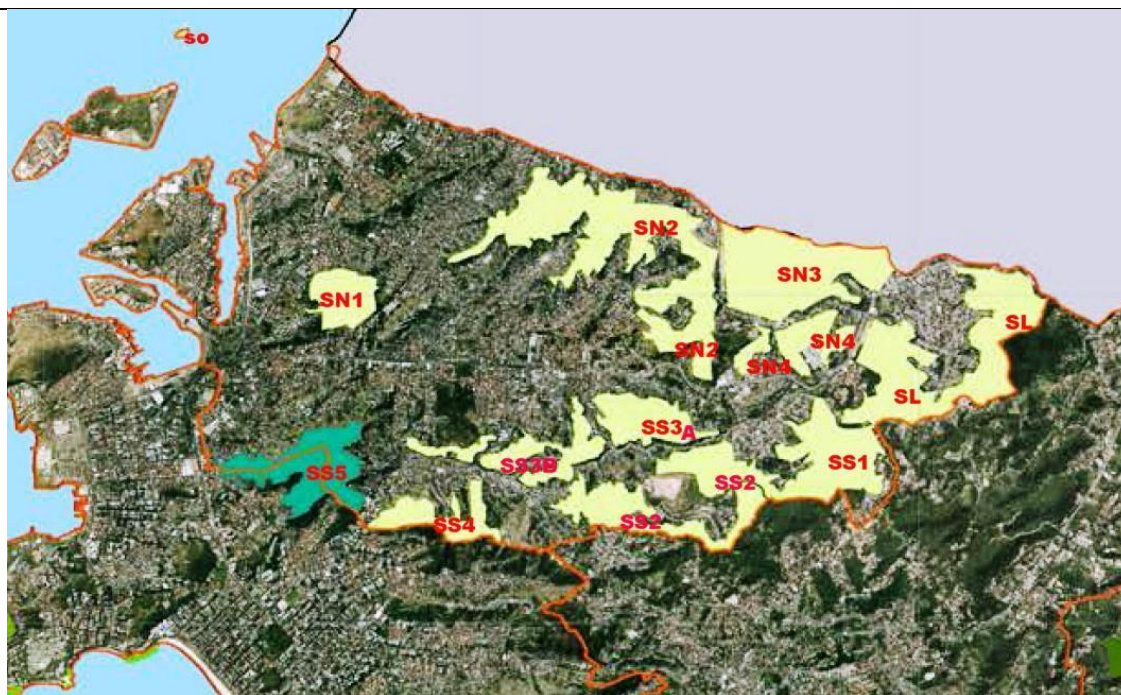
II - Zona de Recuperação Ambiental (ZRA): Vale da Boa Esperança 1; Vale da Boa Esperança 2; Morro Teixeira de Freitas – Ladeira do Castro; Rua Artur Pereira da Mota; Morro do Querosene 1; Morro do Querosene 2; Morro São Feliciano; Morro do Saraiva; Morro do Céu; Morro do Holofote; Morro Boa Vista; Florália e Av. 22 de Novembro;	312,79
III- Zona de Restrição à Ocupação Urbana (ZROU): Vila Maria; Vale Boa Esperança; Rua Artur Pereira da Mota 1; Rua Artur Pereira da Mota 2; Morro do Querosene; Morro do Céu 1; Morro do Céu 2; Morro do Castro; Morro da Rádio Relógio Federal 1; Morro da Rádio Relógio Federal 2; Morro da Antena da Embratel 1; Morro da Antena da Embratel 2; Morro da Antena da Embratel 3; Morro da Antena da Embratel 4; Ladeira do Castro; Estrada Bento Pestana; Rua 5 de Março; Rua Teixeira de Freitas;	119,88
IV – Área de Preservação Permanente: Morro da Antena da Embratel/Vila Maria; Morro do Céu; Morro da Rádio Relógio Federal; Morro do Querosene e Ilha Manoel João	111,22
Total	618,44
Fonte: PMN, 2016	

Figura 3 – Espaços que foram convertidos na APA SIMAPA



Fonte: PMN, 2016

Figura 4 – Espaços agrupados e convertidos em setores da APA SIMAPA



Fonte: PMN, 2016

3.3 ÁREAS VERDES NA 6ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DE NITERÓI

O tema das áreas verdes também foi veiculado, nos meses de junho e julho de 2016, durante as pré-conferência e durante a 6ª. Conferência da Cidade de Niterói, no qual também participaram os autores desse texto, inclusive alguns na organização.

Dentre as propostas aprovadas, as que se conectam diretamente ao tema em exposição são as que seguem:

Quadro 4 – Propostas aprovadas na 6ª. Conferência da cidade de Niterói

Eixo temático	Proposta aprovada
Habitação	7. Expandir o número de unidades habitacionais populares garantindo novas moradias de diversas tipologias, garantindo o direito de escolha do morador e o acompanhamento das obras em prol da população de baixa renda no município, atendendo aos critérios de realidade econômica, priorizando pessoas com deficiência, idosos, mulheres negras e chefes de famílias, de acordo com o estatuto da igualdade racial e da situação do logradouro original dos moradores contemplados por estes programas no município.

Uso e ocupação do solo	2. PROPOSTA: Demarcar áreas de preservação permanentes, sem privar espaço para habitação de interesse social, com estudos geotécnicos, reflorestando prioritariamente topos de morro e garantindo a resiliência das bacias hidrográficas, com recuperação dos corpos hídricos. AÇÃO: Realizar levantamento de APPS e estudos para sua preservação/recuperação, com projetos conjugados ao aparelhamento e habitação social com garantia de fiscalização por parte do poder público. ATORES: SMARHS (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e sustentabilidade) / SMU.
Uso e ocupação do solo	6. PROPOSTA: Requalificar a Região Norte, com melhor qualidade das ruas, ambientes físicos adequados, equipamentos públicos, estruturação urbana e preservação do patrimônio edificado. AÇÃO: Incluir no Plano Diretor como diretriz e garantir projetos de estruturação específicos, com a qualificação da área. ATORES: CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)/ CREA (Conselho Regional de Engenheiros e Agronomia) / SMU / Associações de moradores / Universidades / EGP.
Saneamento e meio ambiente	7. Niterói Mais Verde – Criação de parques lineares, com desenvolvimento de guia de arborização urbana, indicando áreas prioritárias para plantio, áreas de recuperação, fortalecimento e diretrizes do Programa PARNIT (Parques Municipais de Niterói), contemplando as políticas da fauna silvestre, estímulo à hortas comunitárias e utilização de programas de georeferenciamento de mudas.

Fonte: Relatório final da 6ª. Conferência da Cidade de Niterói, disponível em <http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/> /. Acesso em 26 de julho de 2016

4 SUBINDO OS MORROS

Durante os meses de abril e maio de 2016, a equipe do projeto *Estratégia para Desenvolvimento das Áreas Protegidas da Região Norte* percorreu os quatro setores e as respectivas 12 macroáreas estratégicas elencadas no planejamento da SIMAPA com o objetivo de averiguar a situação atual das áreas verdes e livres nas comunidades de favela e bairros periféricos da Zona Norte da cidade de Niterói, a partir de indicadores já anteriormente selecionados.

Conversas, informações e entrevistas foram realizadas com moradores antigos, presidentes de associação de moradores, representante de instituições sociais de relevância para a comunidade, pastores evangélicos, babalorixás, ialorixás, e demais atores sociais com atuação estratégica nas comunidades. O objetivo das visitas era coletar informações estratégicas que pudessem nortear ações e projetos da prefeitura para a consolidação das áreas verdes e livres como espaços de uso público, lazer e recreação. Nesse sentido, procurou-se levantar junto aos moradores locais: a) os principais acessos e nomes utilizados pelos moradores para os morros; b) o estado da cobertura vegetal; c) a existência de nascentes; d) as áreas de risco de deslizamento; e) a forma como se dá a ocupação e uso do solo nessas áreas; f) o acesso aos serviços públicos; g) os locais estratégicos de uso público; e h) a situação de segurança pública

nas comunidades.

Desse modo, pode se observar que a grande maioria dos moradores das comunidades visitadas, vive apartado por muros simbólicos das áreas verdes e livres dos topos dos morros. Na Região Norte da cidade, nos limites da APA, os morros são dominados, sobretudo por facções do tráfico de drogas travando uma disputa contínua pelo domínio e controle dos espaços das comunidades. Todas as comunidades possuem relatos de deslizamentos e estão sob risco.

O domínio das áreas verdes e livres dos topos dos morros pelo tráfico criou uma atmosfera de intimidação e temor que impede um uso mais intensivo dessas áreas pelos moradores. As áreas verdes e livres para essas comunidades se transformaram em espaços nulos de lazer, não só pelo contínuo uso pelos traficantes como espaços de fuga, mas também pela ocupação de infraestruturas de impacto, como torres de transmissão de energia, pedreiras, antenas de telecomunicação, anulando essas áreas para o lazer e uso público.

Essas configurações colaboram para uma sensação geral de total apatia com relação à existência desses espaços. Frases do tipo *“nunca fui lá e nem sabia que existia uma nascente”* ou *“nunca tive vontade de conhecer ou caminhar nessas áreas”* são decorrências dessa distância construída pelo medo.

As áreas verdes do “mar de morros” típico da Região Norte da cidade se transformam em corredores de circulação, invasão e fuga de traficantes, não só pela proximidade entre os morros, mas também pela localização estratégica no sentido da proximidade com o Rio de Janeiro e de estradas que levam ao interior do Estado. Quando há incursão da polícia nos morros, os traficantes se dispersam pelo “corredor verde” penetrando em diversas comunidades. É frequente os casos em que traficantes “de fora” se perderem nas trilhas e chegarem em uma comunidade desconhecida fazendo de refém algum morador até que esse possa ajudá-lo a escapar.

A falta de segurança em quase todas as áreas verdes e livres da SIMAPA é um desafio a ser enfrentado, mas não um obstáculo intransponível, haja vista a experiência da Prefeitura do Rio de Janeiro com os programas de melhoria urbana de comunidades, e os da própria Prefeitura Municipal de Niterói, com projetos sociais de contenção de encostas. A sensação de insegurança, em maior ou menor grau, é sentida em todas áreas da APA.

A única exceção parece ser as áreas verdes e livres do Bairro de Santa Bárbara onde foi possível associar, de alguma forma, a ausência do tráfico de drogas ao contínuo investimento público por parte da Prefeitura de Niterói onde a atuação de políticos locais surtiu algum efeito. Nesse sentido, o bairro é dotado de equipamentos públicos, asfaltamento, limpeza, serviço de transporte público, praça pública equipada, dentre outros, ou seja, os moradores de Santa Barbara tiveram acesso aos investimentos,

infraestruturas e serviços urbanos, diferentemente da maioria dos moradores de favelas ou dos chamados loteamentos irregulares.

Muitos moradores de áreas dominadas pelo tráfico alegam que a violência aumentou significativamente nos últimos anos, desde que os comandos das facções passaram a ser exercidos por pessoas de fora das comunidades, vindas de outros municípios. As ações violentas por parte dos traficantes “de fora” parecem estar mais relacionadas com a incapacidade destes de controlar o espaço ocupado, no sentido do total desconhecimento da localização das ruas, vielas, locais de grande exposição à polícia e da organização comunitária local, do que a ideia de controle do território no sentido de expansão associada ao lucro máximo. A lógica impressa do tráfico é a sobrevivência e o consumo, portanto o controle do espaço é necessário para consolidar a venda e ganhar dinheiro. Nesse sentido, observa-se que o tráfico se beneficia com a ausência do poder público, mas não o impede de “entrar nas comunidades”, mesmo porque o morador em geral não é um protetor do traficante, mas segue apenas um acordo silencioso com o tráfico para uma suposta convivência pacífica, o que parece pressupor o não impedimento de melhorias públicas para o local.

Essa situação ocorre, sobretudo, nas comunidades lideradas por traficantes jovens nascidos e ou criados na própria comunidade, como é o caso da comunidade do Morro da Boa Vista, do Morro do Serrão e Morro do Juca Branco. Em geral, não há impedimento da chegada de serviços públicos por parte de traficantes, e esse suposto respeito do tráfico por melhorias na comunidade melhora as relações sociais e contribui para diminuir a violência na comunidade. Já a invasão de traficantes de fora da comunidade, rompe, de certa forma, com a lógica social de parentesco, ou seja, não é mais o filho da moradora querida da comunidade, é alguém de fora disputando o espaço de venda e consumo, aumentando a violência.

As principais organizações comunitárias são as associações de moradores. Apesar de não se configurarem como organização comunitária, percebeu-se a importância dos centros de religiões afro-brasileiras para as comunidades.

As comunidades visitadas são atendidas por energia elétrica e rede de água e esgoto. Casas mais distantes das vias principais possuem esgoto a céu aberto. No geral, a coleta de lixo é realizada apenas na via principal e o serviço dos correios não atende todas as casas, sendo necessário buscar as correspondências em locais pré-definidos na comunidade (casa de um morador) ou buscar na central dos correios (Morro do Serrão)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O melhor cenário para implantação de áreas de uso públicos nas áreas verdes e livres nos topos dos morros seria, na opinião dos técnicos da prefeitura que acompanharam o projeto, a implantação de projetos de pacificação, no caso as conhecidas UPP. Todavia, com a crise financeira, não se vislumbra no horizonte qualquer projeto desta natureza por parte da Secretaria de Estado de Segurança para a Região Norte. Importante ressaltar que a criação de áreas de lazer e uso público não pode ser tratada apenas como estratégia de segurança pública, uma vez que a população não pode servir como escudo.

Contudo, o que o Projeto *Estratégia para Desenvolvimento das Áreas Protegidas da Região Norte* procurou demonstrar foi a possibilidade de o poder público municipal avançar estruturalmente em áreas consideradas como Zonas de Sacrifício, passando a pautar inclusive a qualidade de vida, ao garantir ambientes ecologicamente equilibrados, ou pelo menos objetivando e construção coletiva dessa realidade. Espaços verdes e áreas de lazer comunitários necessitam ter aporte financeiro e previsão orçamentária, assim como a estruturação de equipes técnicas que garanta serviços sociais, pedagógicos e de incentivo cultural.

A cidade real é a que existe, é a que já está realizada, e sobre cujos espaços a população reivindica melhorias e deseja sentir-se como parcela identitária, sem sofrer contrições estatais, paraestatais ou de poderes paralelas.

A luta ecológica do século XXI, e seu desafio, é a garantia desses espaços verdes e de qualidade de vida nas favelas.

REFERÊNCIAS

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, P. C. D. (1992) Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: **Encontro nacional sobre arborização urbana**. Vitória-ES, de 13 a 18 de set/1992, Anais I e II, pp. 29-38.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. (2016) **Relatório Final: Estratégia para Desenvolvimento das Áreas Protegidas da Região Norte: APA SIMAPA**. Convênio de Cooperação Técnica entre Corporação Andina de Fomento e Prefeitura Municipal de Niterói (no prelo).

PRIMO, Paulo Bidegain. (2015) Áreas de proteção ambiental como ferramentas para gestão de espaços de interesse do turismo no Estado do Rio de Janeiro: proposta de estratégia para implementação. In:

Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação: Turismo, recreação e educação - caminhos que se cruzam nos parques. Niterói, RJ / Brasil - 01 a 04 de julho de 2015, p. 69-78, disponível em www.rjusopublico.uff.br, acesso em 26 de julho de 2016.

Sites pesquisados, acesso em julho de 2016:

<http://axelgrael.blogspot.com/2014/10/dia-historico-em-niteroi-foi-publicado.html>

http://axelgrael.blogspot.com/2014_10_01_archive.html

<http://www.brigadafederal.org/cidades-sustentaveis>

<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=322>

<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=327>

<http://engenhoca.soumaisniteroi.com.br/historia-do-bairro-fonseca/>

http://www.fef.br/upload_arquivos/geral/arq_56eaa3767b2f6.pdf

<http://www.guianiteroi.com.br/391/fonseca.html>

<http://www.guianiteroi.com.br/cat/cidade/bairros-municipais/regiao-norte>

<http://www.guianiteroi.com.br/cat/cidade/bairros-municipais>

<http://www.nitvista.com/bairros.php?a=bfon&item=0>

<http://www.pagina3.com.br/geral/2016/jul/18/4/justica-libera-construcao-em-terreno-na-estrada-da-rainha>

<http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/download/157/185>

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1708234>

<http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>

<http://wikimapia.org/5979664/pt/engenhoca>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/baldeador>